

## SELETA

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ,  
UM FANTASMA DO SEGUNDO IMPÉRIO

Vicente Licínio CARDOSO

Diogo Antônio Feijó merece, em verdade, uma biografia alentada. Grande já foi o castigo sofrido de um silêncio histórico aviltante. Começa em 1843 com a sobriedade de notícias sobre o seu falecimento (...). Desaparecido Feijó, foi então criada no Segundo Reinado uma imagem falsa de sua figura - o seu "fantasma". Lembravam-no, timoratos, os políticos da época, não como o ministro formidável de 1831-32 ou como o regente severíssimo de 1835-37; recordavam nele o padre que propusera anular o celibato do clero e o político que melhor realizara a experiência republicana no governo central.

A sua consagração veio, de fato, lenta, sonogado que foi o seu verdadeiro perfil pelo Segundo Império (...). A reabilitação, trouxe-a em verdade a República. Suetônio, no mesmo livro em que apostrofou o reinado com veemência pouco limpa, evocou algumas linhas essenciais de seu perfil. Joaquim nabuco compreendeu e elogiou a experiência política audaciosa da Regência, distribuindo, então, galhardamente, uma parte da glória ao ânimo viril do padre ousado de Itu. João Ribeiro viu nele personificada a energia de seu tempo. Euclides, salientando o valor de sua obra, num momento sobremodo crítico de nossa evolução, focalizou melhor ainda a sua glória, afirmando então lembrar o padre como herói providencial carlyliano. Oliveira Lima endossou, por sua vez, o elogio, justificando-o com a sua autoridade equilibrada. E Eugênio Egas (1912), lamentando que um escritor vigoroso não tivesse tomado ainda o encargo do estudo do grande vulto, compendiou, então, com zeloso devotamento os elementos essenciais - olvidados nos arquivos - para a empreitada que desafia as capacidades de algum obreiro probo, culto e ousado.

(...) Ministro da Regência trina durante um ano apenas (junho 1831 - julho 1832), e regente único durante menos de dois anos (outubro

1835 - setembro 1837), peado por entraves de toda sorte, obrigado de contínuo a descer às funções repressivas de mero chefe de polícia, violentamente atacado por seus adversários políticos que lhe tornavam dispersiva a sua ação, Feijó entregou o poder - numa e noutra vez - aos inimigos que o combatiam. Essa a sua maior originalidade como homem de governo. Abandonava, mas não cedia: era um estóico.

Euclides da Cunha julgou timorato, como regente, o homem que lhe parecera formidável, como ministro... Não creio, todavia, acertado o julgamento. Por não se querer fazer tirano, apoiando-se na força armada, para humilhar o Parlamento - assim me parece - Feijó abandonou o governo - tanto num como noutra caso - quando a Assembléia não lhe deu, dentro da legalidade, os meios, os aplausos e as armas coercitivas por ele mesmo anteriormente pedidos. Como ministro, teve a oposição violenta de Martim Francisco e, com ela, a do partido mais culto do tempo. Ao descobrir o patriarca tramando contra o seu próprio governo, nada ocultou, tornando público o seu dilema: "O José Bonifácio deixa a tutoria, ou eu deixo a pasta da Justiça". E, vencido por um voto no Senado, depois de vitória na Câmara, cumpriu a palavra, demitindo-se. Dois dias depois, com o ministério e, logo após, com a regência, fazia o mesmo: renunciava-os.

Evaristo da Veiga vaticinou então admiravelmente sobre as vantagens da unidade da Regência e, mais, sobre a vinda próxima de Feijó, como chefe supremo do governo. E acertou. Regente, Feijó teve em Bernardo de Vasconcelos o seu maior opositor. Em Evaristo, o seu líder devotado, cedo roubado à vida em meio de suas funções de defensor da Regência. Depois, uma segunda vez vencido por não haver obtido o apoio da Câmara e do Senado, passa tranqüilo o governo às mãos de seus opositores e volta sereno para São Paulo.

O que é admirável nele é a presteza das decisões. Parecia distraído, plantando chá em sua chácara do Paraíso, e estava, no entanto, de todo alerta. Chamado não titubeia. Faz o seu testamento, apronta as malas e traz consigo um programa completo de governo. Como ministro, ele fora, antes de tudo, um chefe de polícia. Como regente, ele mostrará porém a sua envergadura de estadista. O momento era grave, sobremodo perigoso, possível que lhe parecia a desagregação e secessão das províncias mal coesas ainda sob a unidade do Império. Não esconde, porém, o seu temor: assinala-o, dominadoramente, em documento enérgico e severo. Não vacila: encara face a face a realidade agra e causticante e reage. A primeira lei por ele promulgada definia uma preocupação sintomática pela conservação da unidade: estabelecia condições para as ligações ferroviárias entre a corte, Minas e São Paulo. Logo depois, favorecia a navegação entre a Bahia e o Rio por navios da

companhia organizada por John Sturz, e pensava na navegação a vapor no Amazonas e rio Doce. Ao federalismo vitorioso pelo "Ato Adicional", opunha Feijó uma política centralizadora eminentemente inteligente.

Grande era o seu ânimo em realizá-la, minguidos, porém, os recursos oferecidos pelo ambiente de seu tempo. As estradas de ferro aguardariam, por suas décadas, Mauá e Otoni. Os vapores demandariam com o tempo, por seu turno, antes de navegarem eficientemente.

O programa de governo era largo e fecundo. Como disse, estava pronto, suficientemente elaborado em seu cérebro. Parecendo distraído entre o ministério e a regência, Feijó estava de fato alerta. Nove dias depois de regente, nomeia Barbacena embaixador em Londres com poderes amplos para tratar do tráfico. Abolindo-o como era intento seu. Era uma cartada formidável e perigosa. Feijó pensava em extinguir o comércio negreiro, mas logo procurava facilitar a imigração do braço livre. Inimigo de José Bonifácio, tentava executar, no entanto, um programa, cujas idéias basilares haviam precipitado o ostracismo político do patriarca.

Vejo, em verdade, nesse pensamento governamental a razão mesma da precariedade de um governo longo como regente. Era prematura, de fato, a dispensa do braço escravo. Duas décadas depois, Eusébio de Queirós mostraria as dificuldades com que teria de lutar, embora protegido e apoiado pela diplomacia inglesa. Era errado, mas estava certo naquele tempo... A nossa civilização "vinha" de fato da costa da África, como dizia Bernardo de Vasconcelos... Grande demais, colonizado por portugueses tarados de preconceitos em relação ao trabalho manual, a nossa riqueza agrícola exigia em verdade o suor do negro para regar a terra em que o indígena não se deixara escravizar a contento do colonizador lusitano. Joaquim Nabuco viu na queda prematura de José Bonifácio um resultado do seu avanço sobre as idéias escravagistas do seu tempo. Admira-me, por isso mesmo, que nem qualquer outro historiador tivesse visto fenômeno análogo no caso de Feijó. Em verdade, o regente não queria a emancipação imediata. Seria na época crime e loucura impossíveis ao equilíbrio admirável de seu espírito. Mas pretendia a abolição do tráfico. E mais. Queria facilitar uma emancipação progressiva. Confirma-o o seu próprio testamento, naquele ponto em que falou de seus escravos, respeitando o ventre negro e facilitando-se a alforria.

Nomeado bispo de Mariana, Feijó não exerceu nem aceitou o cargo. Nada queria do clero, a não ser melhorá-lo, elevá-lo, normalizá-lo. E, para isso, sentia-se melhor armado sendo padre quer para tratar com os bispos nas suas circulares enérgicas, procurando sanear a Igreja brasileira, quer para tratar com o papa, quando, intimorato, o ameaçava de cortar relações com a Santa Sé. No seu testamento, feito ao assumir a Regência,

preparando-se com tranqüilidade de ânimo para qualquer desfecho violento, ele confessou sem nenhum subterfúgio ou alarde de renome como reformador: "sou e sempre fui católico romano, tudo quanto fiz contra a Igreja tem sido por seu zelo".

Certo, ele quis o matrimônio. Por largo tempo, antes de ser governo, bateu-se denodadamente pela inovação corajosa. Mas era austero. Não advogava, nesse ponto, como Lutero, a sua própria causa. Lembrava-se apenas de ser um filho espúrio e queria, com o casamento, moralizar o próprio clero. Então, invocava a seu favor a opinião, através da história, de muitos maiores da Igreja, antes da decisão em contrário vitoriosa de Hildebrando.

E, como se não bastasse tanta clareza em suas ações para definir o seu caráter pragmático de homem efeito às asperezas dos embates rudes da vida, com o senso vivo das oportunidades que devem ser aproveitadas, ele deixou por escrito a sua própria divisa, o melhor dos epitáfios que lhe poderia ser em suma dedicado: "Sem ordem, não há governo; sem justiça, não há liberdade".

Todavia, apesar das tentativas opulentas de reformas e malgrado o programa vasto de governo nitidamente traçado, a obra política realizada por Feijó fora escassa, diminuta que foi no tempo a sua atuação como ministro e como regente. Avulta, apenas, a obra de consolidação da autoridade civil, o respeito à lei, a austeridade e a majestade severas com que dignificou os cargos ocupados.

Mas Feijó não podia ter dominado o caos, demasiadamente curto que foi o seu governo para uma anarquia amplamente generalizada. A sua ação foi principalmente a de um "excitador" de mentalidades, de um desses homens raros que governam e dirigem os vivos mesmo depois de mortos. Nesse sentido, mas só sob esse aspecto, ele foi de fato o herói providencial de que falou Euclides. Padre, sem nada ter querido do clero, ele forjou, na humildade com que evitou as pompas de um bispado, as suas próprias armas de resistência. Homem de governo - o maior de seu tempo - sem nada ter querido para si, ele dedicou-se, como nenhum outro, ao serviço de sua pátria. Sem descendentes, ele era temível por não estar com a atenção desviada para os carinhos da família. Sem ascendentes - filho espúrio que fora do amor - ele era temeroso pela independência selvagem com que agia.

Por tudo isso, a sua função pode ser definida como a de um verdadeiro "excitador" de homens. Preparou, insuflou, eletrizou e procriou mentalidades políticas com o contato social de sua austeridade enérgica. Depois, retirou-se. Quando pensaram - ou fingiram acreditar - os homens de seu tempo ver, na sua permanência como governo, uma razão robusta para a continuidade da luta fratricida ao Sul, ele abandonou a chefia com a mesma

dignidade desprendida com que a recebera. E isolou-se. Reapareceu em 1842, endossando uma causa de todo ingrata. Preso por Lima e Silva - cujos detalhes da cena dolorosa foram exumados recentemente por Vilhena de Moraes - sofre depois do governo vexames inopináveis durante a trajetória estouvada de seu degredo até Vitória (Espírito Santo). Defende-se, pouco depois, a custo, paraplético e de voz sumida, falando sentado no Senado. Morre em 1843, baldo de recursos, sem poder gozar a pensão que lhe fora concedida depois do muito que sofrera, quando lhe sonegaram os seus vencimentos de senador.

(...) A figura de Feijó no Brasil é especialmente interessante pelo muito que nos faz ela compreender das insuficiências da opinião pública e, conseqüentemente, das dificuldades de bons governos. Feijó tem sido, em verdade, um dos poucos "mortos" que nos têm, de fato, governado. Nenhuma outra figura se lhe avanta na robustez das evocações, por isso que nenhuma outra jogara a vida - sem os deveres dos militares - com maior despreendimento a serviço da pátria em momento como aquele tão perigoso de nossa história.

Fantasma temível durante os primeiros decênios que se seguiram à maioridade, por isso que o seu nome recordava o federalismo e lembrava uma experiência republicana sobremodo enérgica, a sua figura veio, pouco a pouco, emergindo do olvido e ganhando relevo e estabilidade histórica inconfundíveis, como marco de referência das energias da raça, quando devidamente impulsionadas.

Sonegada pelo Segundo Império, a glória de Diogo Antônio Feijó renascerá, então, em pleno regime republicano. Todavia, como disse, a sua consagração histórica não recebeu ainda a modelagem definitiva exigida pelas linhas magníficas de seu perfil vigorosamente original. Rio, janeiro, 1926.

(*À Margem da História do Brasil*, p. 105-119. São Paulo, Editora Nacional, 1933. Coleção "Brasileira", v. 13. Na terceira edição (1979) o trecho transcrito ocorre às pp. 61-69)

*N. da R.* Realmente, ao tempo em que Vicente Licínio Cardoso escreveu o belo ensaio que vimos de transcrever (1926), pouca coisa havia sobre o renomado regente. O citado livro de Eugênio Egas, de 1912, talvez fosse o único. Hoje, a situação é bem diversa. A partir de 1940 algumas obras importantes contribuíram para a "modelagem definitiva" da personalidade de Feijó. Citemos, entre outros, os livros de Otávio Tarquínio de Souza, Victor de Azevedo, Alfredo Ellis Júnior, Novelli Júnior, Luís Castanho de Almeida e Luiz Talassi, aos quais deve-se acrescentar o volume 84 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", quase todo consagrado a Feijó.